

INTRODUÇÃO À DISCUSSÃO: DEMOCRACIA E CIDADANIA, PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO

**HUSTANA MARIA
VARGAS - FEUFF**

IDEIA CENTRAL DO TRABALHO



Se adicionarmos e qualificarmos os aspectos de “público” e “privado” na Educação, esses nexos não permanecem assim tão evidentes...

SUMÁRIO

1. Escolarização na “schooled society”. Anísio Teixeira e a educação pública
2. Público e privado na educação: uma discussão antiga (e ultrapassada?)
3. Público e privado na sociedade e na política brasileiras: aqui as coisas se complicam!
 - a) O elemento federativo: federalismo “importado”
 - b) A disputa Estado x governos
 - c) Fisiologismos, localismos, nepotismos: os “donos do poder”
 - d) Repercussão no dia a dia da educação pública e privada: Sacramento, Paes Carvalho e Oliveira
- 4. Público e privado no momento atual. Educação como direito. Vai ficar na saudade?

1. ESCOLARIZAÇÃO NA “SCHOOLED SOCIETY”

- Sociedade escolarizada e profissionalizada
- Correlações entre escolarização e favorecimento social: empregabilidade, salário, longevidade, “liberalismo social”... mesmo em ambiente de “inflação de diplomas”
- Educação: direito social e bem simbólico
- Anísio Teixeira e a educação pública como “fábrica de democracia”. Lugar de vivência do “público”

“SCHOOLED SOCIETY” E EDUCAÇÃO COMO DIREITO NO BRASIL

- Consagração da educação como direito (público subjetivo) na legislação brasileira
- Responsabilidade do Estado com o provimento desse direito, expressa pela garantia majoritária do atendimento pelo setor público. Em 2016, havia no ensino básico 48.817.479 matrículas: 81,6% em escolas públicas e 18,4% em escolas da rede privada. Subdividindo-se os números da rede pública, a municipal é responsável por quase metade das matrículas, (22.846.182 alunos). Seguem-se a rede estadual, com 16.595.631 alunos, e a federal, com 392.565 matrículas. (CENSO, 2017)
- Frequência elevada do termo “público” e derivados nas legislações. Porém, a mera presença do termo representa um ponto de partida enganoso. Há que se averiguar seu conteúdo...

2. PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO ANTIGA (E ULTRAPASSADA?)

- Sobretudo, uma discussão nada inocente
- Demarcações e confusões possíveis: Que podemos entender por público? Estatal? Que atende à maioria (povo)? Gratuito?
- E por privado? Que priva alguém de algo? Restrito?
- Público com função privada? Privado com função pública? Parceria público-privado? Serviço público? Bem público?

3. PÚBLICO E PRIVADO NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA BRASILEIRAS: AQUI É QUE AS COISAS SE COMPLICAM!

- A discussão é complexa, mas podemos simplificá-la pela ótica do poder: qual setor prevalece? De forma geral, o setor privado se mostra mais organizado, combativo, e vitorioso
- Situações concretas na sociedade brasileira: publicização do privado e privatização do público como traço cultural, estendido à governança
- Como segue...

A) O ELEMENTO FEDERATIVO: FEDERALISMO

“IMPORTADO”

- Do Estado unitário no império a uma forma federativa republicana contrabandeada dos EUA: fragilidades
- O difícil balanço entre o federalismo, a descentralização e a colaboração, sob o espírito da Constituição de 88, que primava pela descentralização e pela participação
- Tentativas de minimizar problemas com prerrogativas de autonomia dos entes federativos, políticas de articulação e de suplementação de verbas (PAR, PDE, FUNDEB, elaboração ou adequação dos PNEs pelos municípios ou estados)
- Porém, antes e acima de tudo, o setor público enfrenta o sério e central problema do FINANCIAMENTO
- Ou seja: enquanto o setor público depende exclusivamente do financiamento público, o setor privado, além das mensalidades, recebe recursos públicos na forma de bolsas, isenções etc

B) A DISPUTA ESTADO X GOVERNOS

- Como traço da cultura política brasileira, o Estado brasileiro, impermanente, é colonizado pelos governos, que deles se apossam
- Ausência de profissionalismo (dominação racional-legal) e intermitência na administração pública X modelos de administração privada
- Relações espúrias entre administração pública, parlamento, instituições de poder, com o grande setor empresarial (empreiteiras)
- Repercussões adjacentes: formação docente, carreira docente, docência como cabide de empregos (desrespeito à CRFB)

C) FISILOGISMOS, LOCALISMOS, NEPOTISMOS: OS “DONOS DO PODER”

- A recondução no poder de dinastias, o cabide de empregos
- Direção de escolas e prefeituras
- A escola (pública) da dona fulana...
- Famílias colonizadoras na escola
- Processos seletivos escamoteados

D) REPERCUSSÃO NO DIA A DIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA: SACRAMENTO, PAES DE CARVALHO E OLIVEIRA

- Se, nesse momento, entramos em duas salas de aula da mesma série, mesmo turno, mesmo bairro, sendo uma instituição pública e outra privada de ensino, o que encontramos? Diferenças abissais
- O problema do “(des)enraizamento”, a baixa institucionalidade, a carreira docente, as instalações, o público atendido
- Maioria dos diretores de escolas públicas no Brasil ainda é indicada para o cargo, mormente no setor municipal
- Precariedade dos contratos de trabalho no setor público

MOMENTO POLÍTICO ATUAL

Educação como direito: vai ficar na saudade?

“Educação perde R\$ 4,3 bilhões com corte no Orçamento”. Disponível em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/04/01/internas_economia,585320/educacao-perde-r-4-3-bilhoes-com-corte-no-orcamento.html

Público e Privado na Educação: Investimentos Financeiros e Transferência de Recursos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QhpLaHdEKWA>

REFERÊNCIAS

- **ABRUCIO, Fernando L.** Federalismo e Políticas Públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: Romualdo Portela de Oliveira; Wagner Santana. (Org.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010, v. 1, p. 39-70.
- **CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.** Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf
- **COELHO, Maria Francisca Pinheiro.** O Público e o Privado na Educação: um Conflito Fora de Moda?. In: Osmar Fávero. (Org.). A educação nas Constituições brasileiras (1823-1988). 1 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996, v. , p. 255-291.
- **DAVIES, Nicholas.** Fragilidades e desafios do financiamento em planos de educação. Educação (PUCRS. Impresso), v. 37, p. 190-200, 2014.
- **FERREIRA, Eliza B.** Gestão dos sistemas municipais de educação: planejamento e equilíbrio federativo em questão. Ensaio (Rio de Janeiro. Online), v. 23, p. 545-566, 2015.
- **FERREIRA, Mônica D. Peregrino.** Novas desigualdades criadas pela expansão escolar na década de 1990: efeitos sobre a instituição. In: I Congresso Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação, 2009, Belo Horizonte. Família, Escola e Juventude : olhares cruzados Brasil/Portugal, 2009.
- **OLIVEIRA, Ana Cristina P.; PAES DE CARVALHO, Cinthya.** Gestão escolar, liderança do diretor e resultados educacionais no Brasil. In: 37ª Reunião Nacional da ANPED, 2015, Florianópolis. 37ª Reunião Nacional da ANPED, 2015.



OBRIGADA!

hustanavargas@gmail.com

DESCAMINHOS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

- 1) o impacto da inflação, sonegação fiscal e da política fiscal/econômica do governo federal sobre as receitas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE),
- 2) o não-cumprimento dessa exigência constitucional pelas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) e sua impunidade,
- 3) o papel desempenhado pelos órgãos fiscalizadores dessa aplicação (TC),
- 4) a desigualdade de recursos disponíveis para a educação nas três esferas de governo,
- 5) o desvio dos recursos pela corrupção, burocratização e clientelismo,
- 6) o favorecimento constitucional/governamental às instituições particulares de ensino através de mecanismos como isenção fiscal, subvenções, bolsas, salário-educação, crédito educativo.(DAVIES, 2014)

DESRESPEITO À CRFB

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.